

## UMA DÉCADA DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: PROCESSOS DE FORMAÇÃO NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA

Ana Lucia Sodré de Oliveira  
Seme/CEE/PMV  
alsoliveira@correio1.vitoria.es.gov.br

Emilene Coco dos Santos  
Seme/CEE/PMV  
emicsantos@correio1.vitoria.es.gov.br

Mariana A C Lima Gonalves  
Seme/CEE/PMV  
maclima@correio1.vitoria.es.gov.br

Eixo temático: Formao de professores  
Comunicao oral

**Resumo:** O presente trabalho tem por objetivo analisar o processo de implementao da Polícia Nacional de Educao Especial na perspectiva da Educao Inclusiva (PNEE-EI) no município de Vitória/ES entre os anos de 2009 e 2018, no que diz respeito   formao continuada dos professores que atuam nessa modalidade e outros profissionais envolvidos no ensino regular. Contextualizou a elaborao da Polícia Nacional de Educao Especial na perspectiva da Educao Inclusiva, prioritariamente no que diz respeito   formao de professores para atuarem na modalidade da Educao Especial. Posteriormente, apresentou aspectos da construo da Política de Educao Especial na perspectiva Inclusiva da Rede Pública Municipal de Ensino de Vitória/ES. Por meio de pesquisa qualitativa de cunho documental, buscou-se na Coordenao de Educao Especial (CEE) da Secretaria de Educao Vitória/ES, os arquivos sobre as aoes formativas planejadas no município a partir dos planos de ao anuais, demandas das unidades de ensino e do Governo Federal. Desta forma, constatou-se que no decorrer de uma década, a problematizao das práticas pedagógicas e do currículo inclusivo pelos profissionais das unidades de ensino da educao infantil, ensino fundamental, educao de jovens e adultos e do  rgo central da Secretaria de Educao, se organizaram em diálogos permanentes com os diferentes profissionais. As aoes formativas se constituíram a partir da necessidade de reorganizao estrutural e cultural das escolas, reconhecimento do público da modalidade da educao especial, estudo e aprofundamento das especificidades com maior número de matrículas considerando a realidade do município, organizao de instrumentos para identificao e registros dos processos de escolarizao de crianas/estudantes.

**Palavras-chave:** Incluso escolar. Política Nacional de Educao Especial. Formao continuada.

## Introdução

Há cerca de uma década um grupo de trabalho se debruçou sobre a história da Educação Especial no Brasil para elaborar um documento que propôs repensar a organização das escolas e classes especiais, principalmente tendo clareza que envolvia uma mudança estrutural e cultural das escolas. Como fruto desse trabalho, a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (PNEE-EI) (BRASIL, 2008), teve por objetivo garantir o acesso, a participação e a aprendizagem de crianças/estudantes<sup>1</sup> com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, "[...] orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais" desse público (BRASIL, 2008, p. 8). Uma das ações aprovadas na PNEE-EI diz respeito à formação de professores para o atendimento educacional especializado e dos demais profissionais da educação.

A formação continuada atualmente faz parte do plano de ação da Coordenação de Educação Especial (CEE),<sup>2</sup> mas precisamos compreender: Como se deram as ações formativas realizadas pela Coordenação de Educação Especial em uma década? Os projetos apresentados por essa coordenação garantiram a continuidade dos estudos, principalmente em relação à articulação com a prática pedagógica?

Neste trabalho, nosso objetivo foi analisar o processo de implementação da PNEE-EI no município de Vitória entre os anos de 2009 e 2018 no que diz respeito à formação continuada dos professores que atuam na modalidade de

---

<sup>1</sup> A Subsecretaria Política Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação de Vitória/ES, via comunicação interna, divulgou em 2017 a padronização de algumas expressões e registros para garantir unidade nos documentos municipais. Dentre os quais passaram a utilizar o termo “estudante” por alguns posicionamentos teóricos e, principalmente, a pedido dos próprios estudantes que optaram em ser identificados desta maneira, assim como passaram a utilizar o termo “criança” na educação infantil.

<sup>2</sup> Em 02 de maio de 2017 o Diário Oficial, por meio de decreto nº 17.015, estabeleceu a forma de organização e funcionamento das Unidades Administrativas da Secretaria de Educação. No Art. 1º, Inciso XI, ficou instituída a Coordenação de Educação Especial em substituição ao que estava constituído nos anos anteriores: Coordenação de Formação e Acompanhamento à Educação Especial – CFAEE.

Educação Especial e outros profissionais envolvidos no ensino regular.

Após a aprovação da PNEE-EI no Brasil em 2008, legislações anteriores e subsequentes subsidiaram sua implementação nos estados e municípios. Esse documento representa um avanço na garantia da escolarização do público da modalidade em uma perspectiva inclusiva, estabelecendo um referencial teórico fundamentado no marco legal/regulatório (PANTALEÃO; HORA; GASPAR, 2018).

Os encaminhamentos sobre a formação de professores para atuarem na modalidade da educação especial foram apresentados como:

Para atuar na educação especial, o professor deve ter como base da sua formação, inicial e **continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área**. Essa formação possibilita a sua atuação no atendimento educacional especializado e **deve aprofundar o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular**, nas salas de recursos, nos centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para a oferta dos serviços e recursos de educação especial (BRASIL, 2008, p. 17-18, grifo nosso).

Nesta trajetória, de 2008 a 2015, as ações formativas da SEME/CEE estiveram intencionalmente focadas no diálogo entre os pares, incluindo as diferentes áreas para que no coletivo, buscassem caminhos alternativos para uma transformação efetiva do contexto escolar, considerando ineficazes as ações que estavam vinculadas somente ao professor

[...] visando à construção do 'pensamento autônomo', 'pensamento reflexivo', e da 'unidade entre biografia pessoal e profissional' etc., priorizando processos de formação particularizantes e individualizados (MARTINS, 2015 p. 130).

No bojo das discussões sobre a necessidade de articulação e sistematização das ações referentes à Educação Especial no município, em 2016 foi aprovada a Política de Educação Especial na perspectiva Inclusiva da Rede Pública Municipal de Ensino de Vitória/ES,<sup>3</sup> em consonância com a Resolução nº

---

<sup>3</sup> A Política tem como objetivo orientar o processo de inclusão escolar de crianças/estudantes com deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) e Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD), nas ações cotidianas planejadas e desenvolvidas nos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) e nas Escolas Municipais de Ensino

2/2016 do Conselho Municipal de Educação de Vitória e outras legislações. Nesses documentos encontramos objetivos relacionados à formação de professores com o intuito de "[...] promover a formação continuada de profissionais para o aprofundamento teórico-prático da educação inclusiva e da modalidade Educação Especial". Além de "[...] promover e afirmar a formação continuada dos profissionais da Educação na perspectiva inclusiva", prioritariamente dos que atuam nas unidades de ensino da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e da modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) (VITÓRIA, 2016, p. 14, 18), e posteriormente dos que atuam no órgão central da Secretaria de Educação. Ressaltamos que em anos anteriores já haviam propostas de formação para professores que atuavam na modalidade, conforme analisaremos neste texto.

## **Metodologia**

O objetivo deste trabalho foi analisar o processo de implementação da PNEE-El no município de Vitória entre os anos de 2009 e 2018 no que diz respeito à formação continuada dos professores que atuam nessa modalidade e outros profissionais envolvidos no ensino regular. Para tanto realizamos uma pesquisa qualitativa de cunho documental por meio de levantamento dos dados junto à equipe da Seme/CEE e dos documentos arquivados na própria coordenação no que se referem aos projetos de formação continuada nas áreas específicas da modalidade nos últimos 10 anos.

Para Gil (1991, p. 53), as

pesquisas elaboradas a partir de documentos são importantes não porque respondem definitivamente a um problema, mas porque proporcionam melhor visão desse problema ou, então, hipóteses que conduzem à sua verificação por outros meios.

---

Fundamental (EMEFs) (VITÓRIA, 2016, p. 13)

Assim, a pesquisa documental pode ser realizada em fontes como tabelas estatísticas, cartas, pareceres, atas, relatórios, projetos de leis, informativos, documentos arquivados em repartições públicas, dentre outros elementos documentáveis (SANTOS, 2000).

Encontramos na Seme/CEE projetos formativos em planos de ação e relatórios de gestão, previstos para acontecerem no horário de trabalho e por adesão, configurando ações formativas dos anos compreendidos entre 2009 e 2018. Esses documentos foram categorizados por ano, tipo de formação, área da modalidade e participantes.

### Desenvolvimento

A Seme/CEE garante no seu plano de ação a formação continuada para os profissionais da rede municipal de ensino de Vitória e na última década, as ações formativas se deram a partir das demandas emergentes dos diferentes profissionais que estão nas unidades de ensino, principalmente considerando o aumento no número de matrículas de crianças/estudantes público-alvo da modalidade da educação especial no município de Vitória/ES (TABELA 1)

Tabela 1: Matrículas de estudantes da modalidade da Educação Especial - 2008 a 2018

Áreas /anos de referência		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
1	Surdez	99	88	77	72	76	54	54	42	34	40	36
2	Deficiência Visual	54	49	53	88	62	103	107	53	54	59	57
3	Deficiência Intelectual	395	485	469	503	573	483	553	604	543	618	647
	Deficiência Múltipla	81	77	86	91	97	85	95	120	111	121	121
	Deficiência Física	68	44	52	130	145	133	69	58	64	54	60
	Transtorno Global do Desenvolvimento	94	101	133	162	180	204	256	274	345	372	405
4	Surdocegueira	01	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
5	Altas Habilidades/Superdotação	338	419	396	422	280	110	84	109	117	152	141
<b>Total Geral</b>		<b>1130</b>	<b>1263</b>	<b>1266</b>	<b>1468</b>	<b>1413</b>	<b>1172</b>	<b>1218</b>	<b>1260</b>	<b>1268</b>	<b>1416</b>	<b>1467</b>

Fonte: EducaCenso, 2009-2014; Sistema de Gestão Escolar de Vitória/ES, 2015-2018.

A Tabela 1 apresenta os dados por área da modalidade da educação especial da maneira como foram organizadas na PEEI-Vitória/ES, na qual estão incluídos na área de Surdez, crianças/estudantes surdos e com deficiência auditiva, assim como na área de Deficiência Visual estão crianças/estudantes cegos e com baixa visão. Na área do Transtorno Global do Desenvolvimento estão crianças/estudantes com síndrome de Asperger, síndrome de Rett, autismo e transtorno desintegrativo da infância, tal como foi distribuído no EducaCenso e, conseqüentemente no Sistema de Gestão Escolar de Vitória/ES.

Cabe destacar que em agosto de 2018, o EducaCenso apresentou uma nova configuração alterando a classificação de Transtorno Global do Desenvolvimento - TGD para Transtorno do Espectro Autista – TEA, seguindo as alterações ocorridas em 2013 na 5ª edição do Manual de Diagnóstico e Estatística dos Transtornos Mentais (*Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders – DSM V*) e na 11ª edição da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (*International Statistical Classification of Diseases and Related Health Problems – ICD 11*) em 18/06/2018, recentemente lançada pela Organização Mundial da Saúde.

Analisando a Tabela 1, na última década houve um crescimento de 1130 matrículas para 1467 oriundas da transferência de crianças/estudantes das instituições especializadas, uma vez determinado que o processo de escolarização desses ocorresse nas escolas de ensino regular, reforçando a importância dos ambientes heterogêneos, e o atendimento educacional especializado (AEE) ser obrigatoriamente ofertado na escola, ainda que a matrícula nesse serviço fosse facultativa para os familiares (BRASIL, 2008; BRASIL, 2009).

Neste tempo, a Seme/CEE desenvolveu ações com as demais gerências e coordenações dessa unidade administrativa e com outras instituições e órgãos

públicos e privados, assegurando encontros formativos ou cursos por adesão ao longo do ano letivo articulados com: Secretaria de Educação Especial/MEC,<sup>4</sup> Universidade Federal do Espírito Santo, Núcleo de Altas Habilidades/Superdotação, Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, Núcleo de Referência PIPA e Rabiola, Secretaria Municipal de Educação de Cariacica, Conselho Brasileiro de Altas Habilidades/Superdotação, Instituto Federal do Espírito Santo, Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, profissionais da Rede de Ensino de Vitória (VITÓRIA, 2016; 2017), dentre outras. As formações foram ofertadas com cargas horárias diferenciadas considerando a temática, o público e as demandas.

Neste contexto, indagamos: Como se deram as ações formativas por essa coordenação nos últimos 10 anos? Os projetos apresentados garantiram a continuidade dos estudos, principalmente em relação à articulação com a prática pedagógica?

No levantamento realizado, constatamos que em 2009, por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI,<sup>5</sup> houve a continuidade do “Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade”, no qual 166 municípios atuavam como multiplicadores das discussões nas suas respectivas áreas de abrangência. Seguindo as orientações do referido programa, o município de Vitória organizou o projeto de formação de gestores e educadores de 20 municípios do Espírito Santo: Alfredo Chaves, Anchieta, Aracruz, Brejetuba, Cariacica, Conceição do Castelo, Domingos Martins, Venda Nova do Imigrante, Fundão, Guarapari, Ibatiba, Ibraçu, Irupi, Marechal Floriano, Piúma, Santa Leopoldina, Santa Maria de Jetibá, Serra, Viana e Vila Velha.

Até a edição de 2012 do “Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade”,

---

<sup>4</sup> Atualmente representada na Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão.

<sup>5</sup> Em 2003 a formação teve caráter de orientação para os profissionais da Secretaria Municipal de educação de Vitória e dos professores que atuavam na modalidade nas unidades de ensino. Nos anos seguintes foram promovidos sete encontros, respectivamente nos anos de 2005, 2006, 2009, 2010, 2012, 2013 e 2014.

foram tratados temas das áreas de Deficiência Mental, Múltipla, Visual, Surdez, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades /Superdotação. Nas edições de 2013 e 2014, as discussões, conforme orientação do MEC, foram ampliadas contemplando o eixo diversidade, cujo tema central de 2013 foi “Políticas de Educação em Direitos Humanos” e, a última edição que aconteceu em 2014 foi “A Diversidade no Currículo”.

Ainda no município, no período de 2009 a 2011, as formações para a comunidade escolar e os profissionais lotados na Seme Central tinham como finalidade planejar e articular as ações pedagógicas e de assessorias às unidades de ensino. Desta forma ofertaram 300 vagas para o encontro intitulado “Possibilidades de articulação intersetorial”, posteriormente 250 vagas para “Currículo: políticas, teorias e concepções” e 100 vagas para “Formação de gestores e educadores”.

Também em 2009, foi promovido o “Curso de Formação de Professores: Prática Docente Bilíngue” com o objetivo de promover a formação dos profissionais da área da Surdez. Para isso, destacaram a importância de se conhecer a história da educação dos surdos em âmbito geral e local, assim como de analisar a configuração do Atendimento Educacional Especializado – AEE. Além de oferecer subsídios aos professores sobre o processo de aprendizagem desse público e promover aprendizagem dos profissionais para uso e emprego da Libras, bem como para adaptações de materiais pedagógicos.

Outra formação proposta naquele ano foi “Conhecendo o autismo para ressignificar práticas pedagógicas voltadas à inclusão escolar”, cujas vagas inicialmente foram ofertadas para profissionais das diversas áreas de atuação, lotados em escolas que têm matrículas de crianças/estudantes com autismo. Posteriormente a essa oferta, se ainda houvesse vagas, estas seriam disponibilizadas aos demais profissionais da rede. Essa ação formativa teve os seguintes objetivos: conhecer as propostas e diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva Inclusiva, assim como a Proposta de



Educação Especial da rede municipal de ensino de Vitória/Atendimento Educacional Especializado; conceituar e inter-relacionar o autismo com quadros neurológicos/síndromes diversas; promover, por meio da investigação da prática e estudos de casos, o domínio de habilidades e competências para melhor incluir o estudante com autismo na escola regular; compreender a importância da família no processo de inclusão escolar do estudante com autismo; desenvolver estratégias avaliativas para crianças/estudantes com autismo tomando por base possibilidades em detrimento das dificuldades apresentadas por crianças/estudantes; possibilitar a implementação de adaptações organizacionais necessárias para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) em sala de aula e na escola. A culminância dessa formação se deu com um seminário onde os participantes apresentaram suas práticas a partir das discussões realizadas nos encontros formativos.

Em 2010, as ações formativas por adesão tiveram três áreas contempladas, a saber: Surdez - Prática Docente Bilíngue; Autismo; Cegueira e Baixa Visão. O primeiro foi ofertado para pedagogos e professores das diversas áreas de atuação, lotados em escolas referência para educação bilíngue. A formação sobre Autismo foi oferecida aos profissionais das diversas áreas de atuação, lotados em escolas que têm matrículas de crianças/estudantes com autismo. Ambas indicavam que posteriormente a essa oferta, se ainda houvessem vagas, seriam disponibilizadas aos demais das escolas. O tema Cegueira e Baixa Visão tinha como público professores das diversas áreas de atuação, tendo em vista a necessidade de formação de recursos humanos para o Atendimento Educacional Especializado.

No ano de 2012, as formações continuadas da Seme/CEE para os professores especializados do município de Vitória/ES se configuraram como “Acompanhamento técnico-pedagógico por área de conhecimento”. Em 2013 e 2014 tornaram-se “Formações de professores” encerrando o ano letivo com o “I Seminário de Educação Especial: práticas pedagógicas na perspectiva inclusiva da Rede Municipal de Vitória”.

A partir de 2015 retomaram os “Encontros formativos” com os profissionais especializados das diferentes áreas da modalidade da educação especial e pedagogos, com foco em “desafios do/no ensinar/aprender dos processos cotidianos na escola”, “estudos comparados”, “desafios e perspectivas”, “Plano de trabalho e Sistema de Gestão Escolar” e “práticas pedagógicas”.

As ações formativas das cinco áreas da modalidade de Educação Especial, surdez, deficiência intelectual, transtornos globais do desenvolvimento, deficiência visual e altas habilidades/superdotação foram organizadas de acordo com a PNEE-EI. No percurso de uma década, além das formações continuadas, foram demandados da Seme/CEE encontros formativos e cursos por adesão com temas específicos de cada área que emergiam das tensões existentes nos diálogos com os professores especializados, professores da sala de aula regular, pedagogos e outros profissionais da escola.

Em relação à educação de surdos, ao analisarmos a Tabela 1 observamos que houve uma redução gradativa do quantitativo de crianças/estudantes matriculados na rede. Pela interferência da Política de Educação Bilíngue de Vitória em 2008, crianças/estudantes surdos que estudavam em instituições especializadas ingressaram no ensino regular para apropriação de Libras. Até 2012 houve um aumento considerável de estudantes no noturno, visto que em uma única unidade de ensino haviam 42 matrículas de estudantes surdos, segundo os relatórios de assessoria pedagógica da Seme/CEE. Muitos estudantes estavam fora da escola, pois não havia unidade de ensino que atendesse as suas especificidades.

Neste contexto, observa-se que os crianças/estudantes ingressaram no ensino regular em diferentes anos do ensino fundamental, porém, nesta etapa de ensino houveram mais concluintes do que ingressantes. De 2015 a 2017 o documento “Educação Bilíngue: Resignificando o processo sócio educacional de crianças/estudantes surdos, no Sistema Municipal de Ensino de Vitória, por meio do ensino, uso e difusão da Libras”, foi resignificado, reelaborado e publicizado. As Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental e EJA do

município também passaram por um processo de atualização e no ano de 2016 foram compartilhadas com toda a comunidade escolar. Destacamos que nesse mesmo, ano a Língua Brasileira de Sinais foi contemplada como componente curricular, inicialmente para crianças/estudantes surdos matriculados nas escolas referências, apresentando objetivos de aprendizagens a serem consolidadas ao longo desta etapa de escolarização. Essas diretrizes foram pautadas nas formações continuadas para os professores bilíngues e intérpretes. Em 2018, além das ações formativas no horário de trabalho, está previsto o “III Seminário de Educação Especial no município de Vitória: acesso ao currículo por crianças/estudantes surdos – desafios e perspectivas”, como proposta de formação para os professores e profissionais que atuam nessa área.

Sobre a deficiência visual, analisamos que o aumento do número de crianças/estudantes no período de 2014 e 2015 se deram por novas matrículas na Rede e por equívocos na sinalização de crianças/estudantes apontados no EducaCenso, considerando para além das crianças/estudantes com baixa visão e cegueira, aqueles que necessitavam fazer uso de óculos. Percebendo os dados equivocados a Seme/CEE ofereceu para os diferentes profissionais das unidades de ensino curso na área de deficiência visual, por adesão, com objetivo de orientar o reconhecimento do público, culminando em 2015 na realização do “II Seminário de Educação Especial no município de Vitória: A inclusão do estudante com deficiência visual e/ou deficiências múltiplas” no qual foi amplamente debatido sobre o referido público com todos os professores especializados das diferentes áreas, professores de sala de aula regular, dinamizadores, pedagogos, coordenadores, bibliotecários e diretores. A partir de 2016, as formações específicas para os profissionais dessa área tiveram foco em “Deficiências e a matriz histórico cultural”, “Recursos ópticos e não-ópticos” e “Inclusão Escolar e Currículo: processo de escolarização das crianças/estudantes com deficiência visual”.

Em relação à área de deficiência intelectual, que envolve um maior número de diversidade de crianças/estudantes e demanda um quantitativo muito maior de

professores especializados, o grupo de profissionais da Seme/CEE acompanha e articula ações pedagógicas com os demais profissionais da escola atendendo crianças/estudantes com deficiência intelectual - DI, deficiência múltiplas - DMult, transtorno global do desenvolvimento - TGD (autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância – psicose e transtornos invasivos sem outra especificação) e deficiência física. Desde 2009 as formações continuadas no horário de serviço buscaram dialogar os relatos de experiências com as abordagens teóricas, ao longo do ano de 2017 os professores participaram da formação “Alfabetização do estudante com deficiências” e em 2018 a Seme/CEE oportunizou aos professores especializados efetivos e aos demais profissionais da Sub Secretaria de Gestão Pedagógica da SEME Central problematizar os processos de alfabetização ofertados pelos programas governamentais em um Encontro Formativo. Dentre as especificidades do público atendido pelos professores de DI, destacamos o aumento considerável de crianças/estudantes com TGD, mais especificamente de crianças/estudantes com autismo.

Desde 2009 toda a comunidade escolar, inclusive da educação infantil, percebeu o aumento gradativo de matrículas das crianças/estudantes com autismo na Rede de Ensino, principalmente a partir de 2015. Em 2011 os professores especializados que atuam na área de deficiência intelectual foram convidados a participar da formação “TGD: Abrangência e especificidades sindrômicas”, “Boardmaker como recurso pedagógico no processo de inclusão e escolarização de crianças/estudantes com deficiência e transtorno global do desenvolvimento” além da inserção deste público nos encontros formativos das diferentes áreas que ocorreram anualmente; formações específicas sobre os processos de escolarização do estudante com autismo nas formações continuadas em horário de trabalho para os professores especializados e pedagogos, e em cursos por adesão para os demais profissionais da educação no qual novas turmas se formaram anualmente. Em 2016 houve a oferta do curso por adesão “Autismo no cinema”, em 2017 do curso “Esse Um: Clube do Livro” que teve continuidade em 2018 com novas vagas.

Na área de altas habilidades/ superdotação, até o ano de 2008, o atendimento do município se organizou a partir de dois momentos: Programa de Desenvolvimento da Criatividade (PDC), no período de 2000 a 2005 e o Centro de Desenvolvimento de Talentos de 2006 a 2012. A fim de articular o atendimento desta área, em consonância com a Política Nacional de Educação Especial de 2008, no ano de 2011 ofertou-se a formação “Altas habilidades/ superdotação: construindo uma prática inicial” para os professores especializados efetivos na Rede. Em 2013 a comissão de sistematização da Política de Educação Especial na perspectiva Inclusiva da Rede reorganizou as diretrizes para o AEE desses estudantes nas salas de recursos multifuncionais, implantadas em 2014. Conseqüentemente essa reorganização trouxe mudanças na metodologia pedagógica e instrumentos de identificação do público o que afetou o quantitativo de estudantes encaminhados para o AEE e demandou a oferta do curso por adesão “Altas Habilidades/Superdotação” em 2015, este ano o curso está na quarta edição. No período de 2015 e 2016 as formações continuadas em serviço tiveram o objetivo de organizar coletivamente os instrumentos de trabalho.

Nos anos de 2017 e 2018 as formações continuadas para todas as áreas previstas no plano de ação da Seme/CEE tiveram como objetivo fortalecer as discussões sobre as práticas pedagógicas inclusivas e o currículo associado às experiências escolares. Destacamos a formação “Diálogos com professores especializados acerca do processo de inclusão escolar na educação de Jovens e Adultos” como um diferencial no processo de formação proposto por esse município por demandar momentos formativos diferenciados, conforme já foi identificado pela Seme/CEE.

### **Considerações finais**

As ações formativas realizada pelas Seme/CEE no período de 2009 à 2018 foram norteadas pelas legislações vigentes buscando garantir a continuidade dos estudos dos professores especializados por área e, dos demais

profissionais que compõe o processo de escolarização de crianças/estudantes público da modalidade, buscando articular as práticas pedagógicas com o currículo escolar e interface com as conquistas históricas dos direitos desse grupo, antes marginalizado, de tal forma que os processos de formação tornaram-se parte do trabalho realizado por essa Coordenação.

A continuidade do trabalho parece ter contemplado as necessidades coletivas e individuais dos professores, por meio de ações planejadas e desenvolvidas entre professores de sala de aula regular e profissionais especializados, pedagogos, diretores e outros que foram acompanhados por um trabalho de assessoria pedagógica permanente realizado pela Seme/CEE.

Desta forma, constatamos que no decorrer de uma década houve um processo de percepção e compreensão do acesso e permanência do público da modalidade pelos profissionais das unidades de ensino da Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos e da Seme Central. Sendo que nos últimos anos os profissionais intensificaram as demandas de formação continuada com foco nas práticas pedagógicas e currículo inclusivo.

As ações de uma década se organizaram nos diálogos permanentes com os diferentes profissionais da educação para a reorganização estrutural e cultural das unidades de ensino, reconhecimento do público da modalidade de educação especial, estudo e aprofundamento das especificidades com maior número de matrículas considerando a realidade local, organização de instrumentos para identificação e registro dos processos de escolarização de crianças/estudantes com necessidades educativas especiais.

A partir dessas considerações, é possível afirmar que as unidades de ensino de Vitória possuem práticas pedagógicas inclusivas? A resposta para essa questão demandaria um aprofundamento sobre planejamento e avaliação dos processos educacionais que perpassam pela articulação do trabalho pedagógico entre os professores das diferentes áreas do conhecimento, professores especializados, demais profissionais da Educação que atuam nas unidades de ensino e na Seme central, considerando as particularidades da

educação infantil, dos anos iniciais e finais do ensino fundamental e da educação de jovens e adultos. Certamente seriam dados significativos para futuras pesquisas, revelariam muitos desafios ainda existentes na busca pela efetivação da inclusão escolar e traçariam novos objetivos para as próximas formações continuadas dos profissionais da educação escolar.

## Referências

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva. **Inclusão**: Revista da Educação Especial, Brasília: Secretaria de Educação Especial, v. 4, n.1, p. 7-17, jan./jun. 2008.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Secretaria de Educação Especial.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1991.

MARTINS, L. M. **A formação social da personalidade do professor**: um enfoque vigotskiano. Campinas: Autores Associados, 2011.

PANTALEÃO, E.; HORA, J. GASPAR, R. S. Políticas de inclusão e trajetória escolar do público-alvo da educação especial: da educação básica ao ensino superior. In: VICTOR, L.; VIERA, A. V.; OLIVEIRA, I. M. (Org.). **Educação Especial Inclusiva**: conceituações, medicalização e políticas. Campos dos Goytacazes: Brasil Multicultural, 2018, p. 82 – 103.

SANTOS, A. R. **Metodologia Científica**: a construção do conhecimento. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.